

**CONSERVAÇÃO
INTERNACIONAL**

Brasil



Recomendações de salvaguardas socioambientais em Matopiba

PALAVRAS CHAVES: COMUNIDADES TRADICIONAIS; SALVAGUARDAS; MATOPIBA.

**NOTA TÉCNICA ELABORADA PELA EQUIPE DA
CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL (CI-BRASIL) A PARTIR
DO ESTUDO FEITO PELA AMTROPICA - CONSULTORIA
SOCIOAMBIENTAL.**

**AUTORES: GILBERTO AZANHA, DIOGO LADEIRA AZANHA, POLLYANA
MENDONÇA E PATRÍCIA ÁVILA**



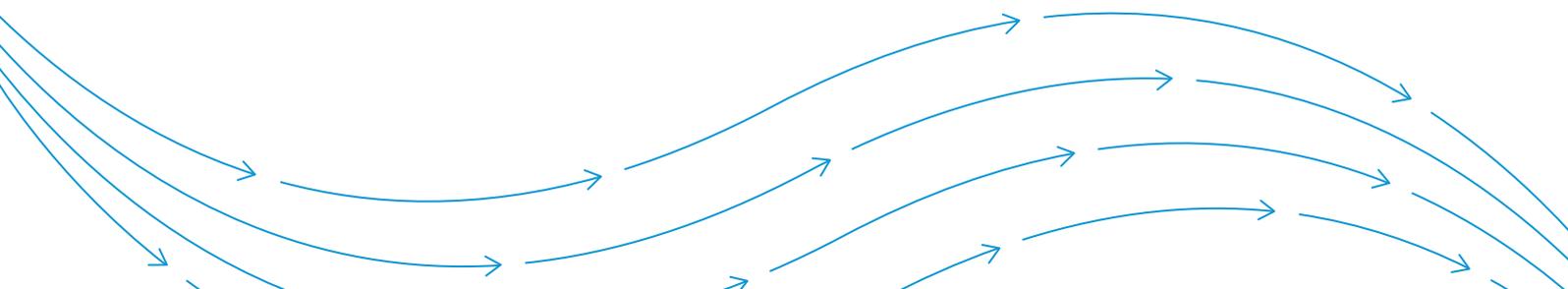
**GOOD
GROWTH
PARTNERSHIP**



**COALIZÃO
MATOPIBA**

Sumário Executivo

A rápida expansão da fronteira agrícola transformou o cenário do Matopiba, gerando impactos socioambientais significativos que denotam a relevância de um planejamento territorial sustentável para as populações que ali vivem. Esta nota apresenta uma síntese do estudo de mapeamento das principais ameaças a comunidades e territórios tradicionais ocasionados pela expansão da fronteira agrícola na região, assim como recomendações de salvaguardas para reduzir a incidência de conflitos decorrentes dessa dinâmica considerando o relevante papel de tais atores em prol da conservação da natureza e favorecer a permanência desses grupos, considerando o seu papel na conservação e uso tradicional de seus territórios.



Introdução

A região do Matopiba corresponde a uma delimitação das áreas do Cerrado existentes nos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, caracterizada pela expansão da fronteira agrícola, com significativas mudanças no padrão de uso e na condição fundiária das terras (EMBRAPA/GITE;2015).

Após o fim da resistência indígena, a região do Matopiba foi ocupada desde o final do século XVIII por pequenos e médios agricultores que combinavam a criação extensiva de gado nas pastagens nativas com o cultivo de espécies alimentícias (feijão, arroz e milho e mandioca) em áreas de mata junto aos córregos e rios da região. Somente a partir da segunda metade do século passado é que este modelo de ocupação foi ligeiramente alterado com a introdução de pastagens artificiais mais extensas. A partir de 1980, com uma favorável aclimação para o Cerrado de variedades de soja e com a mecanização intensiva, a produção

deste cereal migrou do sul do Brasil para as áreas do Cerrado, transformando seus platôs naturais em áreas de produção de soja em larga escala.

A rápida expansão da fronteira agrícola no Matopiba, no entanto, acabou gerando impactos socioambientais como êxodo rural, conflitos fundiários, perda da diversidade cultural e degradação das condições ecológicas. Além disso, parte da população desses municípios ficou à margem dos benefícios atrelados ao aumento da renda média verificada na região. Justamente aqueles segmentos da população que não estavam ocupando os platôs - ou que estavam ocupando tradicionalmente (criação extensiva) - são pressionados para manterem seus modos de vida tradicionais nas áreas de refúgio. São essas populações que vivem do e no Cerrado que serão contempladas neste estudo e nas salvaguardas previstas.



Metodologia

Para a elaboração deste estudo, foram realizadas revisões bibliográficas, incluindo consultas aos bancos de dados disponíveis compilados por órgãos governamentais, institutos e centros de pesquisa e entidades e organizações da sociedade civil, e uma análise do arcabouço legal que rege e norteia as questões referentes às comunidades tradicionais e seus territórios. Posteriormente, foi realizado um trabalho de campo nos municípios focais do projeto para coleta de dados e informações complementares, através de entrevistas com as lideranças das comunidades tradicionais e representantes de associações da sociedade civil.

As principais informações levantadas tiveram como intuito caracterizar e mapear as comunidades tradicionais; unidades de conservação e áreas prioritárias para conservação, em virtude da estreita relação entre essas áreas e as comunidades; a expansão da fronteira agrícola e os impactos e ameaças à permanência das populações tradicionais. Esta última foi organizada em diferentes linhas de análise que melhor demonstram as características da região como acesso à terra, que considera a condição legal da terra

e a concentração fundiária; acesso e disponibilidade de água, que inclui dados de balanço hídrico e irrigação; obras de infraestrutura; perda da cobertura vegetal e fauna; contaminação dos recursos naturais por defensivos agrícolas; conflitos; violência contra pessoas e líderes; e condição de vida.

Posteriormente, as informações foram sistematizadas em uma tabela matriz e valoradas para permitir uma avaliação da intensidade das situações de conflitos e mensuração das situações de vulnerabilidade das populações tradicionais, subsidiando a elaboração das recomendações de salvaguardas. Todas as informações foram levantadas para cada um dos 337 municípios que integram o Matopiba e foram apresentadas de forma agrupada para as 31 microrregiões. As informações nos contextos municipais foram apresentadas para aqueles definidos como prioritários do projeto Parceria para o Bom Desenvolvimento: Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério (**Polo Barreiras, na Bahia**); e Monte do Carmo, Palmas, Porto Nacional, Santa Rosa do Tocantins e Silvanópolis (**Polo Palmas/Porto Nacional, no Tocantins**).



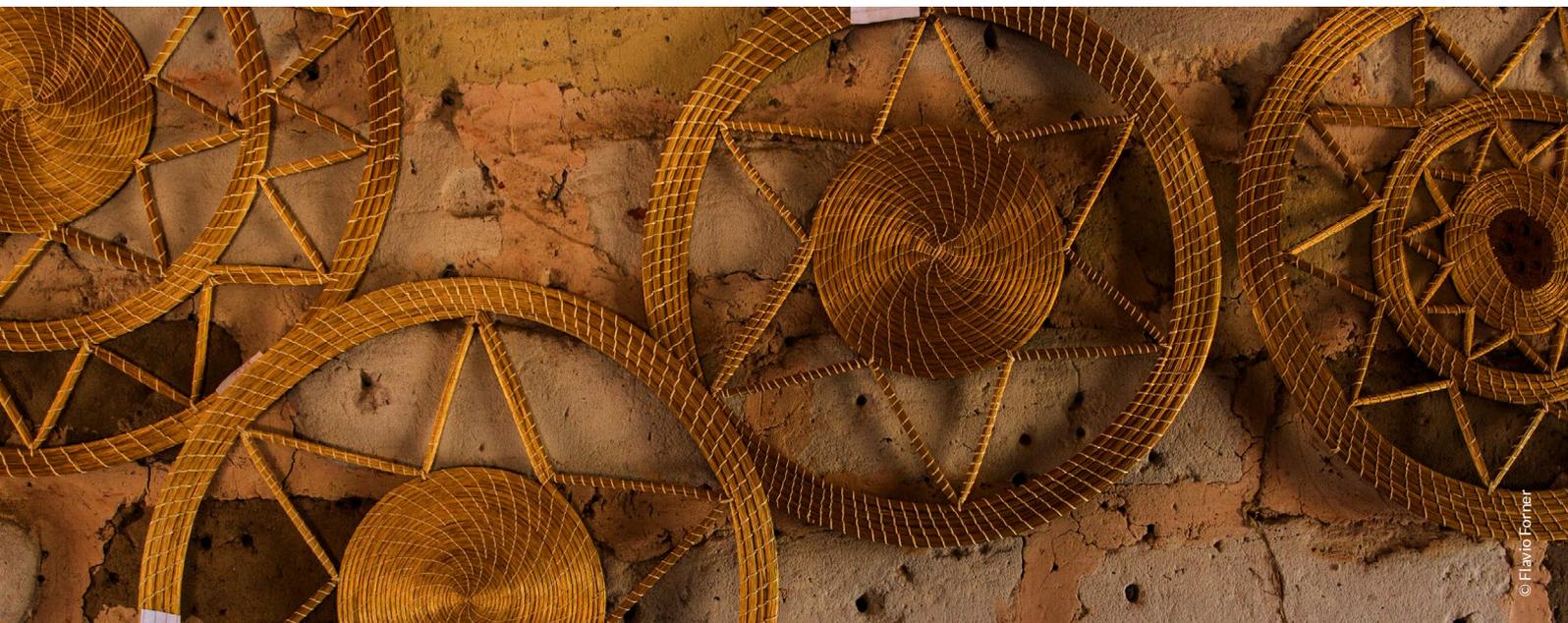
Principais Resultados



Caracterização das comunidades tradicionais

Neste estudo, parte-se da definição de “comunidades tradicionais” como os segmentos populacionais não identificados com o modelo agroexportador intensivo predominante na região do Matopiba. O direito à autodeterminação destas comunidades, bem como o seu reconhecimento por parte do Estado, foi instituído pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007). Neste estudo, buscou-se ter por referência as “comunidades tradicionais” no Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016 do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e que se encontram inseridas no contexto territorial do Matopiba. Essas categorias foram agrupadas, no escopo deste trabalho, em categorias mais gerais que guardassem elementos comuns segundo alguns critérios que favorecessem tal categorização abrangente: tamanho da área de produção; status jurídico; modo de produção; e tradicionalidade da comunidade na região.

Desta forma, as categorias aqui utilizadas foram nominadas como *Comunidades Tradicionais Agropastoris* (que englobam as comunidades *sertanejas, geraizeiras, de fecho e fundo de pasto, vazanteiras, barranqueiras e retireiras*); *Comunidades Extrativistas*; *Comunidades Ribeirinhas e Pescadores*; *Populações Especiais (Pequenos Produtores Rurais e Assentados)*; *Povos Indígenas e Quilombolas*. Para informações mais detalhadas sobre as comunidades identificadas na região do Matopiba e nos polos focais, recomenda-se a consulta do estudo completo. Aqui será dada ênfase na discussão de alguns resultados para os polos prioritários selecionados.



Comunidades tradicionais identificadas no Polo Barreiras (Oeste da Bahia)

Originalmente, extensas áreas nesta região estavam sob o domínio de remanescentes de quilombos, de Comunidades Tradicionais Agropastoris e populações indígenas pertencentes ao tronco linguístico Macro Jê. No entanto, estas migraram antes mesmo da ocupação por populações “brancas”, para o nordeste de Minas Gerais e centro sul da Bahia. As duas populações pioneiras que ali permaneceram (quilombolas e posseiros agropastoris) foram as que passaram a sofrer pressões, a partir dos anos 1950, daqueles que compunham a elite política regional para a formação de latifúndios especulativos.

No Polo Barreiras não existem terras indígenas demarcadas ou em estudo. Foi identificada apenas uma família do povo Kiriri residindo no município de Barreiras. Não existem territórios quilombolas regularizados enquanto tais e demarcados pelo INCRA. Identificaram-se duas comunidades autodeclaradas e certificadas pela Fundação Palmares (2019): a comunidade Mucambo, em Barreiras, próxima ao leito do Rio Grande; e a comunidade Buritizinho/Barra do Brejo, localizada na zona rural do município de Formosa do Rio Preto.

As Comunidades Tradicionais Agropastoris identificadas foram Cachoeira, Marinheiro, Gatos e Aldeia/Mutamba, Cacimbinha/Arroz, Brejão, no município de Formosa do Rio Preto e Ponte de Mateus, Larga, Pedras, Currais, Lagoa dos Buritis, Contagem, Vereda Grande, Cera, Riacho do Fogo, no município de São Desidério. De acordo com os dados de extração vegetal do IBGE (2017) o extrativismo de buriti e pequi nos municípios focais de Formosa do Rio Preto e São Desidério foi significativo, indicando, portanto, a presença de Comunidades Extrativistas. As Comunidades Ribeirinhas e Pescadores identificadas foram Gentil, Mucambinho, Tamanduá, Boca dos Gerais/Vau da Boa Esperança e Fazendinha, no município de Barreiras e Sítio Grande, Sítio de Cima, Morrão e Derocal, no município de São Desidério. Em relação às Populações Especiais foram levantados um total de 6.565 estabelecimentos de até 100 hectares (pequenos produtores rurais) e um total de 1.092 famílias em assentamentos.

Comunidades tradicionais identificadas no Polo Palmas/Porto Nacional (Central do Tocantins)

O Estado do Tocantins contém centenas de Povos e Comunidades Tradicionais e os municípios prioritários selecionados abrigam toda essa diversidade. Duas comunidades certificadas pela Fundação Palmares (2019) foram identificadas (Comunidade Morro de São João e Comunidade Mata Grande), além de uma Comunidade Negra Rural na Fazenda Açude, no município de Santa Rosa do Tocantins. Os territórios quilombolas ainda não foram demarcados pelo INCRA.

Não foram encontrados registros de Comunidades Tradicionais Agropastoris neste polo. Nos municípios de Palmas e Porto Nacional, nota-se a produção extrativa de espécies como buriti, pequi, mangaba e bacaba, o que mostra a existência e importância de Comunidades Extrativistas nesta região, apesar de não ter sido possível identificá-las propriamente. Foram identificados 11 estabelecimentos com ocorrência de pesca em Palmas e 69 estabelecimentos em Porto Nacional. Apesar de não terem sido encontrados registros nos outros municípios, diversas comunidades devem ter seus modos de vida relacionados com a pesca. Em relação às Populações Especiais, são numericamente significativos os estabelecimentos agropecuários (total de 3.509) com área inferior à 100 hectares e foram levantadas 1.436 famílias em assentamentos.

Recomendações de salvaguardas

Tendo como referência a sensibilidade, os impactos e as fragilidades das microrregiões e dos municípios prioritários frente à expansão da fronteira agrícola, foram elaboradas medidas de salvaguardas que favoreçam a permanência, a conservação e o uso tradicional dos territórios e modos de vida das comunidades tradicionais. As recomendações de salvaguardas estão sintetizadas na tabela 2 abaixo e algumas foram destacadas de acordo com a abrangência temática do projeto “Parceria para o Bom Desenvolvimento”.

Salvaguardas para a região do Matopiba (Tabela 2)

1 Expansão Sustentada da Atividade Agrícola

- 1.1 Investimento em pesquisa para aumento da produtividade e para a gestão territorial
- 1.2 Incentivo para a Produção Sustentável
- 1.3 Fomento a Responsabilidade Corporativa e atendimento aos Mecanismos de Auto Regulação
- 1.4 Apoio a Produção Rural Familiar e Agroextrativista

2 Reconhecimento dos PTCs e de seus Territórios Tradicionais em MATOPIBA

- 2.1 Pesquisas Antropológicas para o reconhecimento das comunidades, populações e territórios por eles ocupados
- 2.2 Apoio aos Estudos Antropológicos para Identificação e Demarcação de Terras Indígenas e de Quilombolas
- 2.3 Abertura de Canais de Comunicação para os PTCs

3 Proteção e Conservação Ambiental

- 3.1 Apoio e Investimento na Elaboração de Planos de Manejo e Diagnósticos Ambientais nas UCs existentes
- 3.2 Investimentos na Conservação da Vegetação Nativa do Cerrado
- 3.3 Implementação e apoio financeiro para mecanismos de monitoramento do desmatamento
- 3.4 Apoio às Medidas de Prevenção e Combate aos Incêndios

4 Acesso a Terra e Segurança Fundiária

- 4.1 Combate à grilagem
- 4.2 Apoio financeiro a planos municipais de ordenamento territorial

5 Acesso à Água

- 5.1 Apoio Financeiro e Institucional para criação de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs)
- 5.2 Investimento em Ações de Proteção dos Recursos Hídricos
- 5.3 Recuperação de APPs ao longo dos rios e nascentes

6 Combate a Violência no campo

- 6.1 Apoio para a continuidade institucional dos Mecanismos de Defesa dos Direitos Humanos federais

7 Proteção dos PTCs em Vulnerabilidade Social

- 7.1 Apoiar e favorecer investimentos em programas de fortalecimento dos sistemas produtivos e de geração de renda dos PTCs
- 7.2 Fortalecimento das cadeias produtivas da produção agroextrativista e da agricultura familiar em MATOPIBA

Recomendações de salvaguardas específicas para os povos e comunidades tradicionais nos polos focais

Nos municípios prioritários do projeto, os desafios relacionados às Comunidades Tradicionais são semelhantes às situações observadas em todo o Matopiba, representando demandas básicas e generalizadas.

Polo Barreiras (Oeste da Bahia)



Dentre as salvaguardas específicas para as Comunidades Geraizeiras do Alto Rio Preto *Cachoeira, Marinheiro, Cacimbinha-Arroz, Gatos e Aldeia-Mutamba*, de Formosa do Rio Preto, destacam-se a realização de pesquisas toxicológicas sobre a contaminação do solo e das águas por defensivos agrícolas nas áreas de atuação de empreendimentos; destinação dos recursos obtidos através do pagamento das multas para o fomento de projetos agroextrativistas e agroecológicos das comunidades; apoio à produção agroextrativista e à comercialização dos produtos dessas comunidades;

Para as Comunidades Ribeirinhas/Beiradeiras em Barreiras e São Desidério e os Assentamentos em Riachão das Neves, recomenda-se, dentre outras, analisar e regularizar a outorga d'água das fazendas sobrepostas e vizinhas, especialmente as que ficam à montante das comunidades; garantir que o uso da água pelos pivôs das fazendas à montante não prejudique a captação de água dos comunitários e agricultores familiares à jusante; acompanhar e garantir que os agricultores familiares das margens do Rio Branco tenham acesso à água e que a vazão do rio não seja comprometida pelos pivôs à montante; e acompanhar e garantir que os agricultores familiares das margens do Rio Branco não sejam contaminados por defensivos agrícolas presentes nas águas que banham suas terras.

Polo Palmas/Porto Nacional (Central do Tocantins)



Na região central do Tocantins, para as Comunidades Quilombolas em Santa Rosa do Tocantins e Monte do Carmo, recomenda-se que não seja feito uso de defensivos agrícolas de forma aérea sob o território e imediações das comunidades façam uso de defensivos agrícolas de forma aérea sobre o território e imediações das comunidades, com atenção especial para o quilombo Morro de São João onde há incidência de pulverizações sobre suas casas e córregos; realizar pesquisas sobre a contaminação do solo e das águas nas áreas de atuação de empreendimentos; apoiar pesquisas de soluções para plantios agroecológicos dos comunitários; e garantir, junto aos produtores rurais das proximidades do Quilombo Morro de São João, o acesso dos quilombolas às áreas tradicionais de extrativismo e demais usos da tradição.

Recomendações finais

Por fim, ao setor privado do ramo do agronegócio, responsável por boa parte dos investimentos na região do Matopiba, recomenda-se atuar em prol da:

1. Redução dos vetores de desmatamento;
2. Conscientização quanto ao uso de defensivos agrícolas;
3. Adoção de boas práticas que conservem os recursos hídricos;
4. Combate às violações dos direitos humanos das comunidades afetadas e
5. Colaboração com as autoridades para o processo de regularização fundiária na região, por meio do fornecimento de informações apropriadas sobre os empreendimentos rurais com os quais trabalham.

Aos países de origem dos fundos de pensão envolvidos no TIAA-CREF Global Agriculture LLC (TCGA) e investimentos fundiários na região do Matopiba, recomenda-se:

1. Apoiar o desenvolvimento de políticas e estruturas jurídicas voltadas para uma regulamentação efetiva da atuação dos fundos de pensão sob sua competência (ao adaptar os regulamentos existentes e introduzindo novos regulamentos) e
2. Definir nos regulamentos civis, administrativos, comerciais, ambientais e criminais, observando o cuidado jurídico sobre as empresas, para que exerçam uma diligência prévia ao administrar as atividades de suas subsidiárias.

Aos Estados federados de Matopiba, recomenda-se ainda:

1. Adotar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Camponeses e outras pessoas que trabalham no campo, que está em fase de elaboração no Conselho de Direitos Humanos da ONU, de forma a melhorar a proteção dos direitos destes grupos.
2. Adotar as medidas apropriadas para impedir os danos e a criminalização de indivíduos que atuem na agenda ambiental, em cooperação com as autoridades de outros Estados envolvidos em casos específicos sobre os quais tenham recebido denúncias ou informações adicionais.

Referências

- ANA - Agência Nacional das Águas, 2018. [Balanço hídrico quantitativo](#). Acesso em: fevereiro de 2019.
- [CARTA](#). Carta aberta à FAO, com cópia às autoridades brasileiras, das Comunidades Tradicionais do Sudoeste do Piauí (Santa Filomena e Gilbués). 2017. Acesso em janeiro de 2019.
- CPT - Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo – Brasil. Todos os números entre 1986 e 2007. Goiânia/São Paulo: CPT-Loyola, 1986-2007. CPT - Conflitos no Campo Brasil 2017a. Goiânia: CPT Nacional-Brasil, 2018.
- [FUNDAÇÃO PALMARES](#). Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs). Atualizada até a Portaria N° 34/2019, publicada no DOU de 18/02/2019. 2019.
- [IBGE e MP, 2018](#). Censo Agropecuário 2017. Resultados Preliminares. MP-Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. [IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística](#). Acesso em: setembro de 2018.
- [INCRA](#). Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. 2017. Acesso em: setembro de 2018.
- PALMAS. Ação Civil Pública junto à 5ª Vara Cível da Comarca de Palmas, dezembro de 2017 Autos nº 0038589-05.2017.827.2729.
- Poder Judiciário de Estado do Tocantins. Palmas, 2017.
- [PNUD Brasil - Ipea - Fundação João Pinheiro](#). Atlas do Desenvolvimento Humano (2010). Acesso em fevereiro de 2019.

Realização

Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil)

Coordenação

Bruno Coutinho¹, Karine Barcelos² e Maria Isabel Martinez³

Autores

Gilberto Azanha⁴, Diogo Ladeira Azanha⁵, Pollyana Mendonça⁶ e Patrícia Ávila⁷

Organização

Maria Clara Marques⁸

Revisão

Iamilly Cunha⁹, Henrique Paula¹⁰

Edição e Diagramação

Priscila Steffen¹¹ e Flavio Forner (Selva/LAB)

Citação sugerida

AZANHA, Gilberto; LADEIRA AZANHA, Diogo; MENDONÇA, Pollyana; ÁVILA, Patrícia. (2020). Recomendações de salvaguardas na região do Matopiba: um olhar para as comunidades tradicionais na fronteira agrícola, Caderno de Notas Técnicas do Programa Parceria para o Bom Desenvolvimento (GGP/ PNUD). Rio de Janeiro: Conservação Internacional Brasil, 2020.

O estudo foi realizado no âmbito da iniciativa global Parceria Para o Bom Desenvolvimento (Good Growth Partnership, em inglês), executado pela Conservação Internacional (CIBrasil), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). No Brasil, o projeto visa garantir a longo prazo a sustentabilidade da produção agrícola na região Matopiba, atuando em 10 municípios focais da região Central do Tocantins e Oeste da Bahia.

Os textos desta publicação podem ser reproduzidos no todo ou em parte desde que a fonte e os respectivos autores sejam citados.

1,2,3,8,9,10,11 Conservação Internacional (CI-Brasil)

4,5,6,7 AMTROPICA Consultoria Socioambiental

**CONSERVAÇÃO
INTERNACIONAL**



Brasil

